

**Concurso Público para Provimento de Cargos de
Analista Ministerial – Área Contabilidade
Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova '04', Tipo 003

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-003

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A essência do conhecimento consiste em aplicá-lo, uma vez possuído.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não serão permitidas nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Considere o início da crônica “**Sobre o inferno**”, de Rubem Braga, para responder às questões de números 1 a 6.

“O Inferno são os outros” – diz esse desagradável senhor Sartre no final de Huis Clos, e eu respondo: “eu que o diga!” Hoje estou com pendor para confissões; vontade de abrir meu peito em praça pública; quem for pessoa discreta, e se aborrecer com derrames desses, tenha a bondade de não continuar a ler isto.

Conheci um homem que estava tão apaixonado, tão apaixonado por uma mulher (acho que ela não gostava dele), que uma vez estávamos nós dois num bar e no meio da conversa ele disse fremente:

– Isso é o maior verso da língua portuguesa!

Fiquei pateta, pois não escutara verso nenhum. Ele então pediu silêncio, e que ouvisse. Havia conversas na mesa ao lado, ruídos vários lá dentro, autos e ônibus que passavam, um bonde na outra rua, um violoncelo tocando num rádio qualquer, e lá no finzinho disso, longe, longe, um outro rádio com o samba que mal se podia ouvir e só era reconhecível pelos fragmentos de música que nos chegavam. O maior verso da língua portuguesa estava na letra daquele samba e avisava que “Emília, Emília, Emília, eu não posso mais”.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. **200 crônicas escolhidas**. Rio de Janeiro: Record, 2017)

1. Ele então pediu silêncio, e que ouvisse. (4º parágrafo).

Ao se transpor o trecho acima para o discurso direto, o verbo sublinhado assume a seguinte forma:

- (A) ouvia.
- (B) ouço.
- (C) ouça.
- (D) ouviu.
- (E) ouvi.

2. O cronista dirige-se diretamente a seu leitor (incluindo-o no próprio texto de sua crônica) no seguinte trecho:

- (A) estávamos nós dois num bar e no meio da conversa ele disse fremente: – Isso é o maior verso da língua portuguesa! (2º/3º parágrafos)
- (B) Fiquei pateta, pois não escutara verso nenhum. Ele então pediu silêncio, e que ouvisse. (4º parágrafo)
- (C) Hoje estou com pendor para confissões; vontade de abrir meu peito em praça pública; (1º parágrafo)
- (D) “O Inferno são os outros” – diz esse desagradável senhor Sartre no final de Huis Clos, e eu respondo: “eu que o diga!” (1º parágrafo)
- (E) quem for pessoa discreta, e se aborrecer com derrames desses, tenha a bondade de não continuar a ler isto. (1º parágrafo)

3. O cronista faz uso da figura de linguagem conhecida como hipérbole no seguinte trecho:

- (A) um outro rádio com o samba que mal se podia ouvir e só era reconhecível pelos fragmentos de música que nos chegavam (4º parágrafo).
- (B) Hoje estou com pendor para confissões; vontade de abrir meu peito em praça pública (1º parágrafo).
- (C) uma vez estávamos nós dois num bar (2º parágrafo).
- (D) Ele então pediu silêncio, e que ouvisse (4º parágrafo).
- (E) Havia conversas na mesa ao lado, ruídos vários lá dentro (4º parágrafo).

4. Retoma uma expressão mencionada anteriormente no texto a palavra sublinhada em:

- (A) um outro rádio com **o** samba (4º parágrafo)
- (B) tenha **a** bondade de não continuar a ler isto. (1º parágrafo)
- (C) e eu respondo: “eu que **o** diga!” (1º parágrafo)
- (D) tenha a bondade de não continuar **a** ler isto. (1º parágrafo)
- (E) Isso é **o** maior verso da língua portuguesa! (3º parágrafo)



5. Verifica-se o emprego de palavra formada com prefixo que exprime ideia de negação em:
- (A) *só era reconhecível pelos fragmentos de música que nos chegavam* (4º parágrafo).
 (B) *um outro rádio com o samba que mal se podia ouvir* (4º parágrafo).
 (C) *quem for pessoa discreta [...] tenha a bondade de não continuar a ler isto* (1º parágrafo).
 (D) *“O Inferno são os outros” – diz esse desagradável senhor Sartre* (1º parágrafo).
 (E) *Fiquei pateta, pois não escutara verso nenhum* (4º parágrafo).

6. – *Isso é o maior verso da língua portuguesa!*
Fiquei pateta, pois não escutara verso nenhum. Ele então pediu silêncio, e que ouvisse. (3º/4º parágrafos)

Nesse trecho, o cronista narra uma série de fatos ocorridos no passado. Um fato anterior a esse tempo passado está indicado pela seguinte forma verbal:

- (A) *escutara.*
 (B) *ouvisse.*
 (C) *é.*
 (D) *fiquei.*
 (E) *pediu.*

Atenção: Considere o poema **A poesia**, de Francisco Alvim, para responder às questões de números 7 a 9.

*Houve um tempo
 em que Schimdt e Vinicius
 dividiam as preferências
 como maior poeta do Brasil.
 Quando, por unanimidade ou quase,
 nesse jogo tolo
 de se querer medir tudo,
 Drummond foi o escolhido,
 ele comentou:
 alguém já me mediu
 com fita métrica
 para saber se de fato sou
 o maior poeta?*

*Estava certo.
 Pois a poesia
 quando ocorre
 tem mesmo a perfeição
 do metro –
 nem o mais
 nem o menos
 – só que de um metro nenhum
 Um metro de nadas*

(ALVIM, Francisco. **Boa companhia: poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003)

7. No poema,
- (A) alude-se à necessidade, defendida por Drummond, de a poesia abordar temas socialmente relevantes.
 (B) critica-se a tendência de se comparar a grandeza de poetas, desconsiderando-se a dimensão intangível da poesia.
 (C) defende-se que a poesia pode surgir a partir de elementos aparentemente banais do cotidiano, como uma fita métrica.
 (D) exalta-se a poesia que busca a perfeição formal, valorizando-se a métrica em detrimento do conteúdo.
 (E) dirige-se com ironia aos poetas Schimdt e Vinicius, cuja exacerbada vaidade contrasta com a modéstia de Drummond.



8. Considerado o contexto, a expressão “só que” (verso 21)
- (A) foi empregada em sentido figurado.
 - (B) introduz uma oposição ao que foi afirmado antes.
 - (C) expressa ideia de temporalidade.
 - (D) tem o mesmo valor semântico de “apenas”.
 - (E) foi empregada para realçar a frase, sendo desnecessária ao sentido.

9. O sujeito da forma verbal “mediu” (verso 10) é:

- (A) *jogo*.
- (B) *poeta*.
- (C) *fito métrica*.
- (D) *Drummond*.
- (E) *alguém*.

Atenção: Considere o trecho do romance **A visão das plantas** para responder às questões de números 10 a 12.

Por maiores que fossem os cuidados do jardineiro, às plantas tanto lhes fazia viver ou morrer. Tanto lhes dava que ele se finasse no sono ou voltasse ao quintal todos os dias. Tanto lhes dava que tivesse encontrado nelas uma razão de viver ou as amasse.

Se lhes faltasse a rega, murchariam. Não seria por mal, não o levavam a mal. Nada esperavam dele. Se em vez das mãos do jardineiro Celestino viessem outras em seu auxílio, decerto notariam, mas não porque se tivessem afeiçoado aos dedos do capitão, ou porque entre homem e jardim se tivesse estabelecido uma amizade.

As plantas não estavam cientes da homologia. Desconheciam a sua forma e a ciência que as governava. Bebiã, existiam. Tinham até meio de se governarem sozinhas e de se manterem num compromisso com a terra, a chuva e o vento. Morresse o homem e, alforriadas, iniciariam a sua tomada da casa.

(ALMEIDA, Djaimilia Pereira de. **A visão das plantas**. Todavia, edição digital. Adaptado)

10. A vírgula foi empregada para separar itens de uma enumeração no trecho:
- (A) *Tinham até meio de se governarem sozinhas e de se manterem num compromisso com a terra, a chuva e o vento.*
 - (B) *Por maiores que fossem os cuidados do jardineiro, às plantas tanto lhes fazia viver ou morrer.*
 - (C) *Não seria por mal, não o levavam a mal.*
 - (D) *Se lhes faltasse a rega, murchariam.*
 - (E) *Se em vez das mãos do jardineiro Celestino viessem outras em seu auxílio, decerto notariam.*

11. O texto enfatiza que

- (A) as plantas são indiferentes às intenções do jardineiro.
- (B) o jardineiro considera um fardo a obrigação de cuidar das plantas.
- (C) o jardineiro menospreza a fragilidade das plantas.
- (D) as plantas e o jardineiro são ligados por recíproca dependência.
- (E) as plantas ressentem-se da falta de cuidados do jardineiro.

12. Na definição do gramático Evanildo Bechara, “a repetição de um termo da oração por outro de sentido e função equivalente se denomina pleonismo”. (Lições de português pela análise sintática).

Identifica-se pleonismo do objeto indireto no trecho:

- (A) *Se lhes faltasse a rega, murchariam.*
- (B) *Desconheciam a sua forma e a ciência que as governava.*
- (C) *Não seria por mal, não o levavam a mal.*
- (D) *às plantas tanto lhes fazia viver ou morrer.*
- (E) *Tinham até meio de se governarem sozinhas.*

**Legislação Institucional**

13. De acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), são atribuições do Promotor de Justiça em matéria de infância e adolescência:
- (A) promover, por iniciativa própria ou provocação de terceiros, as ações tendentes à anulação de atos ou contratos lesivos aos interesses de incapazes.
 - (B) officiar nas causas relativas ao estado de pessoa, pátrio poder, tutela e curatela.
 - (C) officiar nos feitos contenciosos e nos procedimentos administrativos relativos a trasladação de assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiro, efetuados em países estrangeiros.
 - (D) intervir nos processos que envolvam interesses de entidades públicas ou privadas que tenham por objetivo a proteção das crianças e adolescentes.
 - (E) propor, em nome de incapazes, ação de alimentos contra pessoas obrigadas por lei a prestá-los.
-
14. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), além de outras funções cometidas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e demais leis, compete aos Promotores de Justiça, dentro de suas esferas de atribuições,
- (A) uniformizar a jurisprudência administrativa estadual, fixando-a através de pareceres normativos, a serem seguidos no âmbito da administração pública estadual, bem como fixar a interpretação da constituição, das leis, acordos, convênios e atos normativos, a ser uniformemente seguida pela administração estadual.
 - (B) atender a qualquer do povo, tomando as providências cabíveis, bem como impetrar *habeas corpus* e mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais locais competentes.
 - (C) defender os acusados em processo disciplinar e atuar nos estabelecimentos prisionais, policiais, de internação e naqueles reservados a adolescentes, visando ao atendimento jurídico permanente dos presos provisórios, sentenciados, internados e adolescentes.
 - (D) promover a inscrição da dívida ativa do Estado, bem como proceder à sua cobrança judicial e extrajudicial e, ainda, defender os interesses do Estado junto aos contenciosos administrativos.
 - (E) presidir os processos administrativos disciplinares no âmbito da administração direta, salvo quanto aos servidores militares e aos servidores policiais civis, mantido em relação a esses o controle finalístico.
-
15. De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), compete ao Conselho Superior do Ministério Público
- (A) recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público.
 - (B) decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar.
 - (C) aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares.
 - (D) eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público.
 - (E) indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade.
-
16. De acordo com o que estabelece a Lei Complementar nº 12, de 18 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí, órgão de direção do Ministério Público, será chefiada pelo
- (A) Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.
 - (B) Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República para mandato de quatro anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de oito anos de serviço, indicados em lista quántupla, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, vedada a recondução.
 - (C) Procurador-Geral do Estado, nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de cinco anos de serviço, indicados em lista tríplice, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.
 - (D) Procurador-Geral do Estado, nomeado pelo Presidente da República para mandato de quatro anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de dez anos de serviço, indicados em lista quántupla, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, vedada a recondução.
 - (E) Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado para mandato de dois anos, dentre os integrantes da carreira, em atividade, e que contarem com um mínimo de oito anos de serviço, indicados em lista quántupla, mediante escrutínio secreto dos membros no efetivo exercício das funções, permitida uma recondução, observando o mesmo procedimento.



Noções de Informática

17. No contexto de um Ministério Público que utiliza o Microsoft Windows 11 em suas estações de trabalho, os servidores devem fazer uso adequado dos aplicativos e recursos disponíveis no sistema para garantir produtividade, segurança e conformidade com as normas institucionais. Considerando boas práticas no ambiente público, a ação mais adequada é
- (A) utilizar qualquer conta de usuário local para acessar arquivos processuais em rede, desde que o servidor possua as credenciais da rede institucional.
 - (B) utilizar o aplicativo Bloco de Notas ou WordPad para anotar rapidamente informações não sigilosas durante audiências virtuais, evitando o uso de papéis soltos e mantendo o ambiente digital organizado.
 - (C) alterar configurações avançadas de segurança e permissões administrativas diretamente pelo Editor de Registro do Windows (regedit) para agilizar o acesso a sistemas corporativos.
 - (D) instalar aplicativos de terceiros para conversão de arquivos processuais em PDF, caso o servidor considere mais prático, independentemente da homologação ou recomendação institucional.
 - (E) desabilitar atualizações automáticas do Windows Update para evitar reinicializações inesperadas, garantindo maior tempo de operação contínua.
18. Um funcionário de um Ministério Público pretende dividir em três colunas um texto digitado no Microsoft Office 365 (Word), em português, funcionando em condições ideais e, posteriormente, inserir uma legenda. Para essas duas operações, inicialmente ele teve que acessar, respectivamente, as guias
- (A) Inserir e Legendas.
 - (B) *Layout* e Correspondências.
 - (C) Inserir e Referências.
 - (D) *Layout* e Referências.
 - (E) Inserir e Correspondências.
19. Considere uma planilha Microsoft Excel 2019, em português, funcionando em condições ideais, com a seguinte estrutura:

	A	B	C
1	Data menor	Data maior	Diferença em dias
2	30/03/2025	02/10/2027	902

O número 902 é a diferença, em dias, entre as duas datas e utiliza a função que retorna esse valor considerando um ano de 360 dias, isto é, 12 meses com 30 dias cada um, que é

- (A) =CONTADIAS360(A2;B2)
 - (B) =SUBTRDIAS(B2;A2)
 - (C) =DIAS360(A2;B2)
 - (D) =DIFDIAS(A2;B2)
 - (E) =DIASDECORRIDOS(B2;A2)
20. Um funcionário de um Ministério Público foi encarregado de criar uma apresentação no Microsoft PowerPoint 2019, em português, funcionando em condições ideais, para demonstrar os indicadores de produtividade e tempo de tramitação de processos das varas judiciais, garantindo acessibilidade, clareza e integração com os sistemas de dados do órgão. A ação mais adequada para essa finalidade é
- (A) inserir vídeos e áudios narrados para descrever os indicadores de tramitação, tornando a apresentação mais interativa e dinâmica para o público técnico-jurídico, mesmo que aumente o tamanho do arquivo e limite sua compatibilidade em sessões híbridas (presencial e remota).
 - (B) utilizar exclusivamente imagens capturadas de planilhas e relatórios no formato PNG para compor os slides, garantindo que os dados apresentados sejam visíveis, mesmo que não atualizados automaticamente.
 - (C) criar slides com texto corrido e listas numeradas para descrever os resultados obtidos pelas varas judiciais, dispensando recursos gráficos, pois informações textuais são mais formais e adequadas ao ambiente jurídico.
 - (D) inserir gráficos estáticos criados no Excel e colados como imagens no PowerPoint para ilustrar os resultados, assegurando a integridade dos dados apresentados, ainda que impossibilite atualizações automáticas.
 - (E) integrar gráficos vinculados diretamente a planilhas do Excel, permitindo que a apresentação no PowerPoint seja atualizada automaticamente, caso os dados dos indicadores processuais sejam alterados, além de utilizar transições e elementos gráficos para melhorar a interpretação sem comprometer a formalidade institucional.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo e de Administração Pública**

21. As parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, na forma regida pela Lei nº 13.019/2014 e suas alterações,
- (A) envolvem o compartilhamento de bens e a cessão de servidores, vedada a transferência de recursos públicos sob qualquer modalidade.
 - (B) quando ocorrem mediante acordo de cooperação, não ensejam a transferência de recursos financeiros.
 - (C) são formalizadas mediante contratos de gestão ou termos de parceria, mediante prévio procedimento de chamamento público.
 - (D) dependem da apresentação de manifestação de interesse por organização da sociedade civil e subsequente seleção na modalidade diálogo competitivo.
 - (E) são de iniciativa privativa da Administração e formalizadas por meio de termo de fomento, precedido de credenciamento das organizações interessadas.
-
22. Considere que o Estado pretenda conceder a exploração de uma rodovia a concessionário privado, pelo prazo de 30 anos, o qual deve se responsabilizar, também, pela duplicação de alguns trechos da malha concedida, além da recuperação de outros, com investimentos da ordem de R\$ 25 milhões, e manutenção da rodovia durante todo o prazo de concessão. Ocorre que a receita auferida mediante cobrança de pedágio dos usuários não seria suficiente para a realização de todos os investimentos, bem assim pela cobertura das despesas com operação e manutenção da rodovia. Diante de tal cenário,
- (A) caso o Estado pretenda a celebração de uma parceria público-privada, poderá adotar a modalidade concessão patrocinada, desde que o prazo de concessão seja estendido para 35 anos e o valor do contrato não ultrapasse R\$ 20 milhões.
 - (B) afigura-se viável a celebração de parceria público-privada, na modalidade patrocinada ou administrativa, com contraprestação pública destinada exclusivamente a investimentos.
 - (C) o Estado poderá firmar uma parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, complementando os recursos auferidos com a cobrança de pedágio no montante necessário para o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.
 - (D) será possível a celebração de concessão comum, desde que o montante relativo à participação do poder concedente não ultrapasse 70% do valor total dos investimentos em bens reversíveis.
 - (E) seria juridicamente possível a celebração de uma concessão patrocinada, com aporte de recursos do Estado destinados aos investimentos em bens reversíveis, além de contraprestação pecuniária em complemento à receita tarifária.
-
23. Suponha que tenha ocorrido um desabamento em uma escola pública estadual ferindo professores e alunos. Algumas das vítimas solicitaram indenização ao Estado pelos danos sofridos em razão do desabamento, porém o Estado negou o pleito alegando que não foi apurada conduta dolosa ou culposa de qualquer agente público e que a indenização deveria ser solicitada perante a empresa responsável pela construção do edifício. No que concerne à responsabilidade extracontratual do Estado, a situação narrada indica
- (A) ausência de responsabilidade do Estado pelos danos, salvo se individualizada conduta omissiva de agente público que pudesse ter evitado o evento danoso ou mitigado suas consequências.
 - (B) responsabilidade solidária entre o Estado e a empresa construtora, ambas condicionadas à comprovação de culpa nos termos do Direito Civil e do nexo de causalidade entre a ação culposa e o dano sofrido.
 - (C) ausência de responsabilidade do Estado pelos danos sofridos pelas vítimas, eis que este somente responde civilmente quando comprovada falha na prestação do serviço ou conduta negligente de seus agentes.
 - (D) a existência de responsabilidade do Estado pelos danos, a qual, por ser de natureza objetiva, prescinde da comprovação de dolo ou culpa, sendo necessário apenas o nexo de causalidade e a ausência de excludentes.
 - (E) a responsabilidade exclusiva do Estado, de natureza objetiva, a qual não pode ser afastada sequer mediante comprovação de caso fortuito ou força maior, mas somente em caso de culpa exclusiva das vítimas.
-
24. Suponha que determinado órgão da Administração Pública tenha celebrado um contrato de prestação de serviços de limpeza relativo a seu edifício sede e que, no curso da execução do contrato, em razão da interdição de parte do prédio para reformas, pretenda reduzir o quantitativo originalmente contratado. A empresa contratada, todavia, manifestou discordância com a redução quantitativa, alegando que haveria alteração indevida do escopo do contrato. Considerando o regimento estabelecido na Lei nº 14.133/2021, tem-se que, na situação narrada,
- (A) a contratada está obrigada a aceitar supressões de até 25% dos quantitativos contratados, mediante reequilíbrio econômico-financeiro para assegurar a taxa de retorno estimada em sua proposta.
 - (B) a Administração possui a prerrogativa de alterar unilateralmente do contrato, observado o limite de 50% dos quantitativos contratados, dado tratar-se de reforma.
 - (C) a contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, supressões de até 25% do valor inicial atualizado do contrato.
 - (D) qualquer modificação nos quantitativos contratados depende da concordância da contratada ou da comprovação da ausência de prejuízo à economia de escala estimada em sua proposta.
 - (E) apenas se comprovado fato alheio à responsabilidade da Administração é possível alteração dos quantitativos contratados.



25. Suponha que esteja em curso inquérito civil para apuração da prática de ato de improbidade administrativa envolvendo agente público e concessionária de serviços públicos, decorrente de possíveis irregularidades na celebração de aditivo contratual. A empresa concessionária manifestou a intenção de celebrar acordo de não persecução civil, oferecendo-se para ressarcir integralmente o dano, viabilizando a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida. Considerando a disciplina estabelecida na Lei de Improbidade Administrativa, tal proposta
- (A) é viável, a exclusivo critério do Ministério Público, desde que, adicionalmente ao ressarcimento, a empresa pague a multa fixada de forma proporcional à gravidade da conduta.
 - (B) não se afigura viável, salvo se a empresa tiver firmado acordo de leniência no qual apresente elementos para persecução penal dos responsáveis pelos crimes praticados.
 - (C) é viável, desde que o acordo seja celebrado antes do ajuizamento da ação, após o que é vedado.
 - (D) é viável, dependendo da oitiva da pessoa jurídica lesada e sujeita à homologação judicial, ainda que o acordo seja celebrado antes do ajuizamento da ação de improbidade.
 - (E) não é viável, pois somente no âmbito do processo judicial relativo à ação de improbidade afigura-se juridicamente possível a celebração de tal tipo de acordo.
-
26. No que concerne à organização administrativa e ao regime jurídico das entidades integrantes da Administração Pública indireta, tem-se que
- (A) as autarquias submetem-se ao regime jurídico de direito público, sendo dotadas da prerrogativa de impenhorabilidade de seus bens e sujeitam-se ao regime de execução aplicável à Fazenda Pública.
 - (B) a criação de cargos e órgãos, por ensejar aumento de despesa, depende de lei, enquanto a extinção de ambos pode ser feita por decreto do Chefe do Executivo ou outro ato infralegal.
 - (C) as sociedades de economia mista são dotadas de personalidade de direito privado, podendo, contudo, gozar de privilégios fiscais em relação às empresas privadas nas atividades relativas à execução de seu objeto social.
 - (D) empresas públicas são criadas por lei para o desempenho de atividades de relevante interesse coletivo ou segurança nacional, submetendo-se ao regime de direito público.
 - (E) a criação e a extinção de órgãos e cargos, ainda que vagos, dependem de lei em sentido formal, admitindo-se a criação de empregos públicos mediante decreto do Chefe do Executivo.

Administração Financeira e Orçamentária

27. A operação de antecipação de receita orçamentária, conhecida como ARO, conta com disciplina específica na Lei de Responsabilidade Fiscal dadas as peculiaridades de tal modalidade, entre as quais
- (A) a obrigação de quitação até o final do exercício subsequente em que a operação tenha sido contratada, com pagamento do principal, juros e encargos.
 - (B) ser expressamente vedada enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
 - (C) integrar a dívida fundada do ente apenas pelo montante do crédito contratado, sem o cômputo dos juros e demais encargos financeiros.
 - (D) a possibilidade de contratação exclusivamente aos Estados que tenham aderido ao regime de recuperação fiscal.
 - (E) o afastamento da obrigatoriedade de aplicação exclusiva em despesas de capital, admitindo-se a aplicação de até 30% em despesas de custeio e pessoal.
-
28. Suponha que, ao final do exercício de 2024, determinada autarquia do Estado do Piauí tenha realizado a liquidação de despesas empenhadas relativas à execução de contrato de obras de reforma do seu edifício sede, porém não tenha logrado efetuar os respectivos pagamentos até o final do ano em razão de problemas operacionais. De acordo com a sistemática constitucional e legal relativa ao ciclo de execução de despesas públicas, tal situação
- (A) impõe ao ordenador de despesa o cancelamento do empenho, sob pena de crime de responsabilidade, salvo se comprovar a existência de saldo de caixa suficiente para fazer frente ao pagamento da despesa e a inclusão de rubrica orçamentária no exercício subsequente.
 - (B) demanda que o pagamento de tal despesa, no ano de 2025, deva ser feito como Despesas de Exercícios Anteriores – DEA, com abertura de crédito adicional, especial ou suplementar.
 - (C) mostra-se irregular sob a ótica da contabilidade pública em face do princípio da anualidade, este que predica que todas as etapas da execução da despesa pública devem ocorrer no mesmo exercício, vedando diferimento de liquidação ou pagamento.
 - (D) enseja a inscrição da despesa em questão como restos a pagar não processados, com a respectiva reserva dos recursos financeiros necessários para suportar o pagamento, o qual deverá onerar rubrica específica do Orçamento seguinte.
 - (E) demanda a inscrição da despesa como restos a pagar, classificados como processados, cujo pagamento, no exercício de 2025, caracteriza-se como despesa extraorçamentária.



29. No que concerne aos recursos provenientes das denominadas emendas impositivas, quando adotada a modalidade transferência especial, tem-se que
- (A) os recursos transferidos não pertencem ao ente beneficiado, estando vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar.
 - (B) somente podem ser aplicados em despesas com investimentos, vedada a aplicação em despesas de custeio associadas.
 - (C) serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere.
 - (D) destinam-se exclusivamente a ações na área da saúde, sendo tais aplicações consideradas para fins de cômputo do limite mínimo do ente beneficiado.
 - (E) destinam-se a outro ente da federação, considerando-se transferências voluntárias condicionadas à adimplência do Estado beneficiado junto à União.
-
30. De acordo com a disciplina estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal a respeito dos orçamentos públicos, tem-se que a denominada Reserva de Contingência
- (A) destina-se precipuamente à cobertura de déficits atuariais ou insuficiências do Regime de Previdência Próprio dos Servidores do ente, podendo seu eventual excedente ser destinado a investimentos.
 - (B) destina-se à abertura de créditos extraordinários, afastando-se, dentro dos limites fixados na Lei Orçamentária Anual, necessidade de lei específica para instituição dos créditos suportados por tal fonte.
 - (C) corresponde à dotação global, fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias, destinada a cobrir eventuais déficits estimados no Anexo de Metas Fiscais que integra o Plano Plurianual.
 - (D) é fixada como um percentual da receita corrente líquida, destinando-se à cobertura de passivos contingentes e outros riscos fiscais descritos no Anexo de Riscos Fiscais que integra a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (E) é formada a partir da aplicação da limitação de empenho, no montante estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, devendo permanecer reservada para cobertura das despesas obrigatórias.
-
31. Extrai-se da disciplina constitucional e legal que informa os orçamentos públicos, tanto em sua elaboração como em relação à execução orçamentária, determinados princípios reitores, entre os quais o princípio
- (A) da não-afetação ou não-vinculação, o qual, contudo, não impede o oferecimento de produto de imposto do ente como pagamento, garantia ou contragarantia prestada à União.
 - (B) da anualidade, que predica a vigência anual da Lei Orçamentária e proíbe que créditos especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do ano sejam reabertos no exercício seguinte.
 - (C) do orçamento bruto, que determina que as receitas devem ser registradas de acordo com os montantes estimados no projeto de Lei Orçamentária Anual e não pelo montante arrecadado.
 - (D) do equilíbrio, segundo o qual déficits apurados em balanço financeiro de Fundo de Despesa ensejam o cancelamento, no mesmo montante, das despesas empenhadas à conta do Fundo.
 - (E) da universalidade, que estabelece que todas as receitas e despesas relativas ao ente devem constar da Lei Orçamentária Anual, salvo as relativas a operações de crédito.
-
32. As receitas públicas comportam classificações de acordo com diferentes critérios e a depender do tipo ou natureza da receita aplica-se regime próprio, sendo que as receitas
- (A) primárias são aquelas decorrentes de rendimentos de aplicações financeiras das disponibilidades de caixa do Tesouro.
 - (B) extraorçamentárias são receitas públicas que excedem a previsão da Lei Orçamentária Anual, resultando em superávit orçamentário.
 - (C) derivadas são obtidas pela cobrança de tributos, enquanto as originárias são auferidas pela exploração do patrimônio estatal.
 - (D) correntes são destinadas exclusivamente a despesas de pessoal e custeio, sem prejuízo da aplicação dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (E) provenientes de operações de crédito não são consideradas receitas de capital em sentido próprio, razão pela qual podem ser aplicadas em despesas correntes.

Orçamento Público

33. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o princípio orçamentário da Unidade ou Totalidade determina que o orçamento
- (A) deve registrar receitas e despesas pelo valor total e bruto.
 - (B) deve ser amplamente divulgado à sociedade.
 - (C) deve ser único para cada ente federado.
 - (D) deve compreender todas as receitas e despesas de uma entidade pública.
 - (E) não deve conter elementos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa.



34. Acerca dos instrumentos de planejamento, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que
- (A) a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social.
 - (B) o Plano Plurianual dispõe sobre as alterações na legislação tributária.
 - (C) a Lei Orçamentária Anual estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas.
 - (D) a Lei Orçamentária Anual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública.
 - (E) a Lei de Diretrizes Orçamentárias dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas.

Atenção: Considere as seguintes informações para responder às questões de números 35 a 37.

As informações do quadro abaixo se referem as despesas do exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública estadual. Os valores estão expressos em Reais (R\$) e essa entidade não passou por nenhuma situação que demandasse despesas com caráter de urgência ou imprevistas nesse exercício financeiro.

Código	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	28.000.000	29.000.000	29.000.000	29.000.000	28.500.000
3.3.90.30	Material de Consumo	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000	4.500.000
3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	2.200.000	2.600.000	2.400.000	2.350.000	2.300.000
3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica	0	500.000	500.000	500.000	500.000
4.4.90.51	Obras e Instalações	18.000.000	18.000.000	18.000.000	17.000.000	16.000.000
4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	6.000.000	6.000.000	5.900.000	5.900.000	5.900.000
Total		58.700.000	60.600.000	60.300.000	59.250.000	57.700.000

35. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em 31/12/2024, a entidade inscreveu restos a pagar
- (A) no valor total de R\$ 2.600.000.
 - (B) processados no valor total de R\$ 1.900.000.
 - (C) processados no valor total de R\$ 300.000.
 - (D) não processados no valor total de R\$ 1.350.000.
 - (E) não processados no valor total de R\$ 550.000.
36. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o quadro contém valores de despesas orçamentárias que estão apresentadas utilizando-se a Classificação
- (A) por Fonte/Destinação de Recursos, cuja codificação apresentada no quadro indica a origem das receitas para financiar as despesas.
 - (B) Institucional, cuja codificação apresentada no quadro indica o Órgão e a Unidade Orçamentária responsáveis pela execução orçamentária.
 - (C) por Natureza, cuja codificação apresentada no quadro alcança até o Elemento de Despesa.
 - (D) Funcional, cuja codificação apresentada no quadro indica a função e a subfunção das despesas.
 - (E) por Estrutura Programática, cuja codificação apresentada no quadro indica o Programa de Governo e a Ação Orçamentária correspondente.
37. Desconsiderando o impacto de outras despesas não listadas no quadro e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, a entidade abriu créditos adicionais
- (A) extraordinários para reforçar a dotação da despesa com “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil”.
 - (B) suplementares para reforçar a dotação da despesa com “Obras e Instalações”.
 - (C) suplementares para permitir a realização da despesa com “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica”.
 - (D) especiais para reforçar a dotação da despesa com “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física”.
 - (E) especiais para permitir a realização da despesa com “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica”.



38. Considerando o Manual de Demonstrativos Fiscais e a Lei de Responsabilidade Fiscal, o
- (A) Anexo de Riscos Fiscais possui o objetivo principal de dar transparência sobre a verificação do cumprimento dos limites fiscais dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - (B) Anexo de Riscos Fiscais deve estabelecer metas anuais relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública.
 - (C) Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão, o Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas e o Balanço Orçamentário integram o Anexo de Metas Fiscais.
 - (D) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida é parte integrante do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (E) Relatório de Gestão Fiscal tem como objetivo identificar e estimar os riscos fiscais e deve apresentar como anexo o Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão.
-
39. Quanto aos aspectos relacionados às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público determina que
- (A) a Demonstração das Variações Patrimoniais permite o cálculo do resultado financeiro ao confrontar as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas.
 - (B) o regime de competência é a base para o reconhecimento de ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas orçamentárias e despesas orçamentárias.
 - (C) o Quadro Principal do Balanço Orçamentário deve ser elaborado utilizando-se as informações das classes 5 e 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
 - (D) a entidade deve apresentar de forma agregada nas demonstrações contábeis os itens de natureza ou função distinta que sejam materiais.
 - (E) o Balanço Patrimonial é composto pelo Quadro Principal, Quadro da Execução dos Restos a Pagar e Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público

40. Os resultados orçamentário e financeiro de uma entidade pública referentes ao ano de 2024, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são impactados
- (A) pela baixa de provisão e registro do passivo correspondente, em novembro de 2024, cujo valor da obrigação é maior do que o valor provisionado em março de 2021.
 - (B) pelo pagamento, em janeiro de 2024, de despesa referente à aquisição de um veículo, cuja nota de empenho para a aquisição foi emitida em novembro de 2023.
 - (C) pelo recebimento, em janeiro de 2024, de receita de transferências cujo fato gerador da receita, segundo o regime de competência, ocorreu em dezembro de 2023.
 - (D) pelo recebimento, em novembro de 2024, de depósito em caução em dinheiro que foi integralmente devolvido em março de 2025.
 - (E) pela ocorrência, em fevereiro de 2024, de evento tributável de receita tributária cujo montante foi integralmente recebido antecipadamente em dezembro de 2023.
-
41. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado patrimonial referente ao exercício financeiro de 2024 de uma entidade pública é impactado pelas seguintes transações, independentes de execução orçamentária:
- (A) liquidação de despesa, em julho de 2024, para aquisição de materiais de consumo e recebimento, em fevereiro de 2024, do principal de operações de crédito.
 - (B) distribuição gratuita, em março de 2024, de cartilhas adquiridas em dezembro de 2023 e reversão, em agosto de 2024, de provisão reconhecida em agosto de 2022.
 - (C) recebimento, em fevereiro de 2024, de dinheiro em doação e venda à prazo, em dezembro de 2024, de veículo por valor total inferior ao seu valor contábil.
 - (D) ajuste de perdas de estoques, em setembro de 2024, e devolução integral, em outubro de 2024, de depósito em caução recebido em setembro de 2023.
 - (E) ajuste de perdas de estoques, em setembro de 2024, e recebimento, em fevereiro de 2024, do principal de operações de crédito.
-
42. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, utilizam-se contas contábeis da(s) classe(s)
- (A) 2 para o registro contábil da inscrição de restos a pagar não processados referente à aquisição de bens móveis.
 - (B) 8 para o registro contábil do empenho de despesa para a aquisição de peças de reposição para equipamentos de informática.
 - (C) 1 e 3 para o registro contábil do pagamento de despesa referente à aquisição de cartilhas que serão distribuídas gratuitamente.
 - (D) 6 para o registro contábil do lançamento de receita orçamentária de Impostos sobre o Patrimônio e a Renda.
 - (E) 1 e 4 para o registro contábil da previsão de receita no momento da aprovação da Lei Orçamentária Anual.



43. De acordo com a NBC TSP 09, valor recuperável de serviço é o
- (A) montante estimado que a entidade obterá com a alienação do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade, a condição e o tempo de uso esperados para o fim de sua vida útil.
 - (B) montante pelo qual um ativo não gerador de caixa é reconhecido após a dedução da depreciação acumulada, sendo que depreciação é definida como a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo de sua vida útil.
 - (C) maior montante entre o valor justo de um ativo não gerador de caixa e o seu valor em uso, sendo que valor em uso é um montante de entrada, específico para uma entidade e observável em mercado aberto, ativo e organizado.
 - (D) maior montante entre o valor em uso e o custo de reposição, sendo que custo de reposição é definido como o montante mais econômico exigido para a entidade substituir o potencial de serviços do ativo na data do relatório.
 - (E) maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo não gerador de caixa e o seu valor em uso, sendo que valor em uso é definido como o valor presente do potencial de serviços remanescente do ativo.
-
44. Quanto aos elementos das demonstrações contábeis, a NBC TSP Estrutura Conceitual define passivo como uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção
- (A) deve resultar na saída de recursos de uma entidade, tal como a obrigação gerada da apropriação mensal por competência do 13º salário de seus servidores.
 - (B) pode resultar na saída de recursos de uma entidade, tal como a obrigação gerada pela liquidação de despesa para a amortização de operação de crédito.
 - (C) pode resultar na saída de recursos de uma entidade, tal como a obrigação gerada pelo empenho de despesa para a aquisição de material de expediente.
 - (D) deve resultar na saída de recursos de uma entidade, tal como a obrigação gerada pelo empenho de despesa para a aquisição de material de expediente.
 - (E) pode resultar na saída de recursos de uma entidade, tal como a obrigação decorrente de passivo contingente de ações judiciais movidas por seus servidores.
-
45. Referente ao conteúdo das NBC TSP, a norma
- (A) 08 determina que se deve classificar como ativo intangível o item identificável sem forma física, tal como direitos e poderes conferidos por legislações.
 - (B) 06 determina que se deve classificar como propriedade para investimento um terreno mantido para venda no curso normal das operações de uma entidade pública.
 - (C) 08 determina que se deve classificar como ativo intangível o item monetário identificável sem forma física, tal como ativos que representam direitos contratuais.
 - (D) 06 determina que se deve classificar como propriedade para investimento o estoque mantido para propósitos estratégicos, tal como reservas de energia.
 - (E) 07 determina que se deve classificar como ativo imobilizado um bem imóvel que é mantido para fins administrativos e se espera utilizar por mais de um período contábil.
-
46. Quanto às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público determina que o valor referente ao reconhecimento
- (A) do pagamento, em janeiro de 2024, de despesa com serviços empenhada e liquidada em novembro de 2023 deve compor o saldo de Despesa Corrente Paga no Quadro Principal do Balanço Orçamentário referente ao exercício financeiro de 2024.
 - (B) da receita arrecadada em outubro de 2024, proveniente da execução de contrato de aluguel, deve compor o saldo de Direitos Contratuais no Quadro das Contas de Compensação de 31/12/2024.
 - (C) de provisão para riscos cíveis em setembro de 2024 deve compor o saldo do Passivo Permanente no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial de 31/12/2024.
 - (D) da apropriação mensal por competência do 13º salário, em janeiro de 2024, cuja obrigação deve ser paga em dezembro de 2024, deve compor o saldo de Provisões a Curto Prazo no Quadro Principal do Balanço Patrimonial de 31/12/2024.
 - (E) do empenho, em dezembro de 2024, de despesa com salários de servidores deve compor o saldo do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais da Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício financeiro de 2024.
-
47. Uma entidade pública adquiriu alimentos para a preparação de lanches que seriam distribuídos gratuitamente durante um evento promovido pela entidade. Os seguintes valores foram incorridos para a aquisição dos alimentos:
- Preço de compra: R\$ 16.000,00.
 - Tributos não recuperáveis, não inclusos no preço de compra: R\$ 1.200,00.
 - Transporte: R\$ 300,00.
 - Seguro: R\$ 410,00.
 - Descontos comerciais: R\$ 2.000,00.
- De acordo com a NBC TSP 04, o custo total do estoque no reconhecimento inicial dos alimentos foi, em reais, de
- (A) 14.710,00
 - (B) 17.200,00
 - (C) 17.500,00
 - (D) 15.910,00
 - (E) 15.500,00

**Contabilidade Tributária**

48. A Tributação sobre o lucro no Brasil possui uma conotação diferente do padrão mundial: a existência de dois tributos sobre o lucro, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, quando o mais comum seria a tributação ocorrer apenas via imposto de renda.

Sobre o Imposto de Renda da pessoa jurídica:

- (A) O imposto de renda deve atender 3 critérios básicos: generalidade, universalidade e progressividade.
- (B) As pessoas jurídicas, inclusive as imunes e isentas, não são obrigadas ao preenchimento da ECF.
- (C) O fato gerador do IRPJ é sempre e somente a aquisição da disponibilidade econômica (regime de competência) ou jurídica (regime de caixa).
- (D) O ano fiscal brasileiro inicia-se em 10 de janeiro e termina em 31 de dezembro.
- (E) A base de cálculo do imposto de renda é o faturamento.

49. O artigo 16 do Código Tributário Nacional (CTN) preconiza: "Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa aos contribuintes". Sobre os impostos:

- (A) São classificados como diretos aqueles cujo fato gerador incide sobre o contribuinte de direito, sem que haja possibilidade de transferir o encargo fiscal a quem quer que seja.
- (B) Os cumulativos incidem várias vezes na fase de circulação do bem, computando ou deduzindo o valor que já incidiu nas fases anteriores.
- (C) Quando classificados como indiretos, têm como identidade o contribuinte de fato e de direito.
- (D) Tanto os impostos pessoais quanto os reais incidem sobre pessoas e bens.
- (E) Serão progressivos os que se caracterizam pela diminuição da alíquota numa proporção direta ao aumento da base de cálculo.

50. Taxa, por ser uma expressão muito usada no contexto social, é confundida, por vezes, com outras locuções como taxa de matrícula, taxa de academia etc. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o Código Tributário Nacional, a taxa considerada como tributo

- (A) é de competência exclusiva dos Municípios.
- (B) é de natureza vinculada e de competência comum a todos os entes federativos, diversamente do imposto.
- (C) não se relaciona a uma atividade estatal específica.
- (D) pode ter integral identidade de base de cálculo utilizada pelos impostos.
- (E) é lançada por declaração do contribuinte.

51. Sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias – ICMS:

- (A) Possui função arrecadatória e extrafiscal.
- (B) Da receita de arrecadação dos Estados com o ICMS, 100% pertencem aos municípios.
- (C) É de competência exclusiva da União.
- (D) Sua base de cálculo é o valor da operação nos casos de circulação de mercadoria e na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, a base de cálculo é o preço do serviço.
- (E) Por força da Constituição Federal, é cumulativo, ou seja, o imposto debitado na etapa anterior serve como crédito para abater o débito incidente na operação subsequente.

52. O legislador vem buscando instrumentos para combater a sonegação de tributos, e um dos instrumentos encontrados tem sido a transferência da obrigação de retenção e recolhimento de impostos e contribuições para o contribuinte que faz o pagamento de serviços prestados. Assim, o Fisco dificulta a sonegação, pois o tomador de serviço se encarrega de fazer a retenção e o posterior recolhimento que poderiam deixar de ser feitos, caso não existisse essa exigência.

Em relação à retenção na fonte,

- (A) todas as empresas, inclusive aquelas enquadradas no SIMPLES, são obrigadas a efetuar retenções.
- (B) os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias, fundações da administração pública federal, empresas públicas e sociedades de economia mista a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência apenas de Imposto de Renda.
- (C) não há prazo para recolhimento dos tributos retidos na fonte.
- (D) os serviços profissionais não sofrem incidência de retenção de imposto de renda.
- (E) os tributos retidos na fonte são tidos como antecipação pelas empresas que sofrem a retenção.

**Contabilidade Geral**

53. Um lote de mercadorias para revenda foi adquirido pela empresa *Revendedora Nacional S.A.* que pagou os seguintes valores:

- Valor pago ao fornecedor das mercadorias R\$ 440.000
- Valor pago a uma transportadora para levar as mercadorias do depósito do fornecedor até o depósito da empresa R\$ 24.000
- Valor pago por um seguro para transportar os produtos até o depósito da empresa R\$ 8.000

Após uma análise, a empresa devolveu 20% das mercadorias ao fornecedor por não atenderem às especificações técnicas estabelecidas e conseguiu, adicionalmente, um abatimento de R\$ 20.000 sobre o valor remanescente após a devolução. Não houve nenhuma redução nos valores pagos à transportadora e à seguradora.

No valor total do estoque remanescente estavam incluídos os seguintes tributos:

- Tributos recuperáveis R\$ 64.000
- Tributos não recuperáveis R\$ 36.000

A empresa *Revendedora Nacional S.A.* vendeu 90% do estoque remanescente pelo valor de R\$ 800.000, tendo recebido à vista. Sobre o valor da venda houve a incidência de impostos no valor de R\$ 70.000 e a empresa pagou R\$ 24.000 de comissão para seus vendedores. O valor do lucro bruto apurado pela empresa, relacionado apenas com estas transações de compra e venda foi, em reais,

- (A) 434.800.
- (B) 472.400.
- (C) 402.400.
- (D) 436.000.
- (E) 460.000.

54. As aplicações financeiras, cujas características são apresentadas na tabela a seguir, foram realizadas no dia 30/11/2023 por uma empresa. Todas as aplicações têm data de vencimento em 2025 e os valores justos de cada classificação, em 31/12/2023, constam da última coluna da tabela:

Valor Aplicado (R\$)	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2023 (R\$)
1.200.000	Mensuração ao custo amortizado.	1,5% a.m.	1.212.000
1.500.000	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.	2% a.m.	1.542.000
900.000	Mensuração ao valor justo por meio do resultado.	1% a.m.	924.000

O saldo contábil das três aplicações em conjunto, apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2023, foi, em reais,

- (A) 3.666.000
- (B) 3.684.000
- (C) 3.678.000
- (D) 3.657.000
- (E) 3.672.000

55. O valor contábil do Patrimônio Líquido da empresa *Sapatos de Luxo S.A.*, em 02/01/2018, era R\$ 450.000.000. Nessa data, a empresa *Vestuários em Geral S.A.* adquiriu 40% das ações da empresa *Sapatos de Luxo S.A.* pelo valor de R\$ 240.000.000 e passou a deter o seu controle. O valor da aquisição corresponde à participação sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos adquiridos e a diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e passivos adquiridos da empresa *Sapatos de Luxo S.A.* refere-se somente ao valor de um terreno que faz parte do Ativo Imobilizado da empresa.

Sabendo que a empresa *Sapatos de Luxo S.A.* apurou, em 2018, um lucro líquido de R\$ 60.000.000 e propôs e pagou dividendos no valor de R\$ 90.000.000, os valores evidenciados na Demonstração do Resultado do ano de 2018 e no Balanço Patrimonial de 31/12/2018, nas demonstrações contábeis individuais da empresa *Vestuários em Geral S.A.*, especificamente em relação ao investimento efetuado, foram, respectivamente, em reais:

- (A) Resultado de Participação = 12.000.000 (negativo) – Investimentos = 228.000.000.
- (B) Resultado de Participação = 24.000.000 – Investimentos = 204.000.000.
- (C) Resultado de Participação = 0 – Investimentos = 228.000.000.
- (D) Resultado de Participação = 24.000.000 – Investimentos = 228.000.000.
- (E) Resultado de Participação = 0 – Investimentos = 240.000.000.



56. Um equipamento industrial foi adquirido por uma empresa que pagou os seguintes valores, à vista, para dispor desse bem nas condições de uso:

- Pagamento ao fornecedor do equipamento R\$ 1.400.000
- Gastos com transporte do equipamento até a sede da empresa R\$ 600.000
- Gastos com mão de obra para instalação e customização do equipamento R\$ 160.000

A aquisição foi feita no dia 12/06/2023 e o equipamento começou a ser utilizado pela empresa no dia 01/07/2023. A vida útil definida para o equipamento pela empresa foi 8 anos e o valor residual estimado para sua venda, no final do prazo de vida útil, foi R\$ 800.000.

Sabendo que a empresa adota o método das quotas constantes para a determinação da despesa de depreciação e não foi identificada a necessidade de ajuste ao valor recuperável, o saldo contábil evidenciado para o equipamento no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 foi, em reais:

- (A) 1.905.000
- (B) 1.625.000
- (C) 1.755.000
- (D) 1.105.000
- (E) 1.775.000

57. Os Balanços Patrimoniais publicados por uma empresa, em 31/12/2022 e 31/12/2023, e a Demonstração do Resultado do ano 2023 são apresentados a seguir:

Balanços Patrimoniais em 31/12/2022 e 31/12/2023 (valores em reais)

ATIVO	31/12/22	31/12/23	PASSIVO	31/12/22	31/12/23
Ativo circulante	600.000	852.500	Passivo circulante	500.000	562.500
Caixa e Equivalentes de Caixa	100.000	252.500	Fornecedores	300.000	145.000
Valores a receber de clientes	300.000	225.000	Empréstimos a pagar	162.500	257.500
Estoques	200.000	350.000	Dividendos a Pagar	37.500	80.000
Despesas antecipadas	-	25.000	Impostos a Pagar	-	80.000
Ativo não circulante	752.500	957.500	Patrimônio Líquido	852.500	1.247.500
Investimentos	70.000	107.500	Capital	750.000	787.500
Imobilizado			Reservas de Lucros	102.500	460.000
Equipamentos	470.000	850.000			
Terrenos	212.500	-			
TOTAL DO ATIVO	1.352.500	1.810.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	1.352.500	1.810.000

Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2023 a 31/12/2023 (valores em reais)	
Receitas de Vendas	1.800.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(825.000)
(=) Resultado Bruto com Mercadorias	975.000
(-) Despesas Operacionais	
• Despesas com aluguel	(100.000)
• Despesas com pessoal	(300.000)
• Despesa de Depreciação	(105.000)
• Outras Despesas	(90.000)
	(595.000)
(+) Outras Receitas e Despesas	
Resultado de Equivalência Patrimonial	37.500
(+) Resultado antes dos Efeitos Financeiros	417.500
(-) Despesas Financeiras	(20.000)
(=) Resultado após os Efeitos Financeiros	397.500
(+) Lucro na Venda de Terrenos	120.000
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	517.500
(-) Despesa com Impostos sobre Lucro	(80.000)
(=) Resultado Líquido	437.500

Durante o ano de 2023, não foi efetuado qualquer pagamento de empréstimos (nem principal, nem despesas financeiras) e os equipamentos foram adquiridos à vista.

Os valores correspondentes ao Caixa das Atividades Operacionais e ao Caixa das Atividades de Investimento foram, respectivamente e em reais,

- (A) 505.000 (positivo) e 152.500 (negativo).
- (B) 505.000 (positivo) e 205.000 (negativo).
- (C) 230.000 (positivo) e 152.500 (negativo).
- (D) 385.000 (positivo) e 310.000 (negativo).
- (E) 230.000 (positivo) e 85.000 (negativo).



58. Um lote de debêntures, no valor de R\$ 20.000.000,00, foi emitido em 31/12/2023 pela empresa *Sem Recursos S.A.*, com as seguintes características:

- Taxa de juros compostos: 9% ao ano
- Prazo total: 15 anos
- Forma de pagamento: parcelas fixas anuais no valor de R\$ 2.629.475,54
- Datas dos pagamentos: 31 de dezembro de cada ano, a partir de 31/12/2024

A empresa incorreu em custos de transação para a colocação das debêntures no valor de R\$ 208.000,00 que foram pagos na data da emissão e, como consequência, a taxa de custo efetivo da operação foi 10% ao ano (juros compostos).

O impacto no resultado de 2024 da empresa *Sem Recursos S.A.* decorrente exclusivamente das debêntures emitidas citadas foi, em reais:

- (A) 2.629.475,54.
- (B) 2.008.000,00.
- (C) 1.781.280,00.
- (D) 1.979.200,00.
- (E) 2.000.000,00.

59. Um ativo intangível com vida útil indefinida estava registrado no Ativo não Circulante do Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da empresa *Ativos Irreais S.A.*, pelo valor líquido de R\$ 3.000.000 com a seguinte composição:

- Custo de aquisição R\$ 3.800.000
- Perda por desvalorização (*impairment*) R\$ 800.000

As seguintes informações foram identificadas, em 31/12/2024, para que a empresa realizasse o teste de recuperabilidade (*impairment*) para esse ativo intangível:

- Valor em uso R\$ 4.000.000
- Valor justo líquido das despesas de venda R\$ 2.800.000

Sabendo-se que o ativo intangível não corresponde a ágio por expectativa de resultados futuros, a empresa *Ativos Irreais S.A.*

- (A) reconheceu um ganho no valor de R\$ 800.000 na Demonstração do Resultado de 2024.
- (B) evidenciou, no Balanço Patrimonial de 31/12/2024, o valor contábil do ativo intangível por R\$ 3.000.000.
- (C) reconheceu um ganho no valor de R\$ 1.000.000 na Demonstração do Resultado de 2024.
- (D) evidenciou, no Balanço Patrimonial de 31/12/2024, o valor contábil do ativo intangível por R\$ 2.800.000.
- (E) reconheceu um ganho no valor de R\$ 200.000 na Demonstração do Resultado de 2024.

60. Uma empresa comercial apresentou a seguinte Demonstração do resultado do ano de 2023, com os valores expressos em reais.

Demonstração do Resultado – 01/01/2023 a 31/12/2023	
Receita Bruta de Vendas	1.200.000
(-) Impostos sobre vendas	<u>(275.000)</u>
(=) Receita Líquida	925.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(375.000)</u>
(=) Lucro Bruto	550.000
(-) Despesas operacionais.....	
Depreciação	(87.500)
Salários	(50.000)
INSS sobre salários (parcela da empresa).....	(10.000)
FGTS sobre salários	<u>(4.000)</u>
(=) Lucro antes do IR e CSLL	398.500
(-) Despesa com IR e CSLL	(88.500)
(=) Lucro Líquido	310.000

Sabendo-se que o valor dos tributos recuperáveis referentes aos produtos que foram vendidos em 2023 totalizava R\$ 67.500 e que o valor do INSS incluído nas despesas com salários era R\$ 6.000, o valor adicionado gerado pela empresa e a parcela deste valor adicionado destinado ao governo na forma de tributos e impostos foram em 2023, respectivamente e em reais,

- (A) 757.500 e 312.000
- (B) 757.500 e 377.500
- (C) 670.000 e 312.000
- (D) 737.500 e 312.000
- (E) 670.000 e 377.500



PROVA DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, *Capítulo 10: item 10.3 Na Prova Discursiva-Redação o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. [...] 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.*

Texto I

“É tolice querer uma pessoa ter opinião sobre assunto que desconhece.”

(RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**)

Texto II

A Tragédia do mercado de opiniões

Com certo sarcasmo, ou metalinguagem, posso afirmar que não há custo adicional para usar a opinião e seu uso tem sido excessivo, o que pode levá-la, senão à extinção, ao menos ao descrédito – e ela mesma tem outra camada de metalinguagem: trata-se do mercado de opiniões. Com a amplitude e a velocidade das redes, todos podem falar sobre tudo, da forma que quiserem, sem qualquer necessidade de fundamentação ou critério.

(Adaptado de: PIVA, Luiz Guilherme. Disponível em: **Folha de São Paulo**. Caderno Tendências/Debates)

Considerando a frase de Graciliano Ramos e o artigo de opinião de Luiz Piva, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do tema:

É preciso cautela para emitir uma opinião?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	



20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
DIVERSOS CARGOS**PUBLICAÇÃO PRELIMINAR DOS GABARITOS E PROVAS OBJETIVAS - CONHECIMENTOS
GERAIS/CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Cargo: 04 - AN MINISTERIAL – ÁREA CONTAB. – ESP CONTABILIDADE. Tipo de Gabarito: 3

Data de Publicação de Gabarito: 28/07/2025 17:00:00

Questão	Resposta	Situação
1	C	Gabarito sem alteração
2	E	Gabarito sem alteração
3	B	Gabarito sem alteração
4	C	Gabarito sem alteração
5	D	Gabarito sem alteração
6	A	Gabarito sem alteração
7	B	Gabarito sem alteração
8	B	Gabarito sem alteração
9	E	Gabarito sem alteração
10	A	Gabarito sem alteração
11	A	Gabarito sem alteração
12	D	Gabarito sem alteração
13	D	Gabarito sem alteração
14	B	Gabarito sem alteração
15	E	Gabarito sem alteração
16	A	Gabarito sem alteração
17	B	Gabarito sem alteração
18	D	Gabarito sem alteração
19	C	Gabarito sem alteração
20	E	Gabarito sem alteração

Questão	Resposta	Situação
21	B	Gabarito sem alteração
22	E	Gabarito sem alteração
23	D	Gabarito sem alteração
24	C	Gabarito sem alteração
25	D	Gabarito sem alteração
26	A	Gabarito sem alteração
27	B	Gabarito sem alteração
28	E	Gabarito sem alteração
29	C	Gabarito sem alteração
30	D	Gabarito sem alteração
31	A	Gabarito sem alteração
32	C	Gabarito sem alteração
33	C	Gabarito sem alteração
34	E	Gabarito sem alteração
35	A	Gabarito sem alteração
36	C	Gabarito sem alteração
37	E	Gabarito sem alteração
38	D	Gabarito sem alteração
39	C	Gabarito sem alteração
40	C	Gabarito sem alteração
41	B	Gabarito sem alteração
42	B	Gabarito sem alteração
43	E	Gabarito sem alteração

Questão	Resposta	Situação
44	A	Gabarito sem alteração
45	E	Gabarito sem alteração
46	C	Gabarito sem alteração
47	D	Gabarito sem alteração
48	A	Gabarito sem alteração
49	A	Gabarito sem alteração
50	B	Gabarito sem alteração
51	D	Gabarito sem alteração
52	E	Gabarito sem alteração
53	E	Gabarito sem alteração
54	B	Gabarito sem alteração
55	D	Gabarito sem alteração
56	A	Gabarito sem alteração
57	C	Gabarito sem alteração
58	D	Gabarito sem alteração
59	A	Gabarito sem alteração
60	C	Gabarito sem alteração
Total de questões: 60		